



União Mutualista Nossa Senhora da Conceição
Associação Mutualista

PLANO DE AÇÃO
E
ORÇAMENTO
ANO 2018

N.º de tel. 212 309 847
Fax 212 309 849

Rua do Hospital, n.º 1, 1.º Dto.
2870-340 Montijo

<http://www.umutualista.pt>
sede.geral@umutualista.pt

Índice

PREÂMBULO	2
1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. RETROSPETIVA.....	4
1.2. DECISÃO DE RECORRER AO PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO ...	4
1.3. OBJETIVOS E MEDIDAS PRINCIPAIS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO	6
1.4. CONDICIONANTES	7
1.5. PRESSUPOSTOS TÉCNICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E ORÇAMENTO	8
2. PLANO DE AÇÃO ÁREA DA SAÚDE	11
2.1. CLINICA UMNSC	11
2.2. FARMÁCIA	14
2.3. UNIDADE CUIDADOS CONTINUADOS.....	16
3. PLANO DA ÁREA SOCIAL	19
3.1. INFÂNCIA.....	19
3.2. ACÇÃO SOCIAL	22
4. SAÚDE OCUPACIONAL.....	32
5. RECURSOS HUMANOS	33
6. SERVIÇOS PARTILHADOS.....	34
7. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO	35
8. CONTAS PREVISIONAIS PARA 2018	36
8.1. RECEITAS DE EXPLORAÇÃO	38
8.2. CUSTOS DE EXPLORAÇÃO.....	39
8.3. EXPLORAÇÃO POR VALÊNCIA / EQUIPAMENTO	40
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	41
9.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	41
10. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	42



PREÂMBULO

Prezados Associados,

Preveem, os Estatutos da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição – Associação Mutualista, no seu artigo Vigésimo Terceiro, número 2), alínea c), que a Assembleia Geral reúne em sessão ordinária até ao dia 30 de novembro de cada ano para apreciação e votação do plano de ação e orçamento para o ano seguinte, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal.

Sucedeu, contudo, que, como é do conhecimento dos associados, a UMNSC-AM, dada as dificuldades financeiras que atravessa, apresentou um Plano Especial de Revitalização (PER).

Ora, considerando que a aprovação do PER tem um impacto direto na elaboração do plano de ação e orçamento para o ano de 2018, a União Mutualista Nossa Senhora da Conceição – Associação Mutualista, pelas circunstâncias excecionais em que se encontrava, não estava em condições de elaborar o plano de ação e orçamento para 2018 antes do final de novembro, conforme estipula os Estatutos, só sendo possível a sua elaboração após ser proferida a sentença de homologação do PER pelo tribunal, que se previa que ocorresse entre o final de novembro e o início do mês de Dezembro de 2017.

Considerando a situação supra exposta, o Conselho de Administração, requereu à Senhora Presidente da Assembleia Geral, com conhecimento ao Senhor Presidente do Conselho Fiscal a título excepcional e pelos fundamentos invocados, autorização para apresentação do plano de ação e orçamento para 2018 somente após a sentença de homologação do PER, realizando-se

Assim, no exercício das suas competências legais e estatutárias e tendo em consideração o exposto acima, o Conselho de Administração da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição – Associação Mutualista, vem, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo Vigésimo Terceiro, número 2), alínea c) dos Estatutos, submeter a deliberação dos ilustres associados, em sede de Assembleia Geral ordinária, o seguinte plano de ação e orçamento para 2018, acompanhado do respetivo parecer do Conselho Fiscal.

A Sentença de homologação do PER foi proferida no dia 30 de novembro de 2017.

Assim, no exercício das suas competências legais e estatutárias e tendo em consideração o exposto acima, o Conselho de Administração da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição – Associação Mutualista, vem, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo Vigésimo Terceiro, número 2), alínea c) dos Estatutos, submeter a deliberação dos ilustres associados, em sede de Assembleia Geral ordinária, o seguinte plano de ação e orçamento para 2018, acompanhado do respetivo parecer do Conselho Fiscal.

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

1. INTRODUÇÃO

1.1. RETROSPETIVA

Perante o quadro de grandes dificuldades financeiras existentes em 2016, o plano de ação e orçamento para 2017, referia que o Conselho de Administração tinha iniciado negociações junto de diversos parceiros, nomeadamente, bancos e fornecedores de forma a criar condições que permitissem a sua sobrevivência em segurança e crescer com sustentabilidade, porque continuar a caminhar com esforço, dificuldades e sacrifícios não era saudável nem desejável para ninguém, nem para os associados, nem para os utentes, nem para os trabalhadores. Ao longo de alguns meses desenvolvemos esforços com o objetivo de obter sucesso nas negociações em curso, tal não foi possível concretizar.

1.2. DECISÃO DE RECORRER AO PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO

A União Mutualista Nossa Senhora da Conceição – Associação Mutualista perante a impossibilidade de resolver os seus problemas financeiros por via da solução relatada no ponto anterior e baseada nos pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal, pelo Revisor Oficial de Contas e pela contabilista certificada da instituição que, confirmavam o estado de grandes dificuldades em cumprir os compromissos assumidos perante os seus credores, nos quais se incluíam: Bancos, Estado, Fornecedores e Trabalhadores, tomou a decisão de recorrer ao Processo Especial de Revitalização (PER).



Na origem desta situação existe a conjugação de vários fatores, a saber:

- os efeitos da crise, os quais se fazem sentir com alguma expressão na atividade que a UMNSC desenvolve, pois quanto mais gravosos estes efeitos forem para a população em geral, mais constrangimentos diretamente são sentidos, uma vez que aumenta a necessidade de esta se substituir ao Estado no apoio prestado à comunidade.
- a dificuldade na libertação de fundos para pagar aos seus fornecedores, à banca, à segurança social e aos trabalhadores;
- a multiplicidade de linhas de crédito e sucessivas e inúmeras datas de vencimento, a que teve como natural consequência o aumento crescente do endividamento bancário e o recurso a planos prestacionais com a segurança social, cujo serviço de dívida, ao não estar adaptado à libertação de meios existentes, agravou os problemas de tesouraria;
- a propositura de ações para cobrança de valores em dívida por parte de alguns fornecedores, resultado das dificuldades em cumprir os compromissos assumidos perante os mesmos;
- Contingências de vária ordem, nomeadamente financeiras e de ordem judicial, criadas pelas administrações anteriores.

Reconhecendo as situações supra descritas, bem como do facto da atual conjuntura económica e financeira não permitir uma inversão no volume de negócios e correspondentes níveis de rentabilidade que permitissem cumprir compromissos assumidos com os credores, levou a que se assumisse a necessidade de rever as orientações estratégicas e consequentes medidas de atuação que possibilitassem a recuperação económica e financeira da Instituição.

Neste contexto a UMNSC-AM, conforme referido anteriormente, recorreu ao Processo Especial de Revitalização (PER). Em junho de 2017, iniciou-se o desenvolvimento de diversas atividades/tarefas com a colaboração de consultores jurídicos e financeiros na elaboração do Plano de Recuperação submetido à consideração do tribunal, tendo sido homologado no dia 30 de novembro de 2017.



1.3. OBJETIVOS E MEDIDAS PRINCIPAIS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO

O programa de ação e orçamento para 2018, deverá assegurar um conjunto de medidas, cuja concretização, no decorrer de 2018, permita gerar um fluxo financeiro superior de forma a permitir assegurar um maior nível de ressarcimento das dívidas aos credores (por comparação com a que decorreria da ausência de plano e consequente liquidação). Os principais objetivos da implementação deste plano e das medidas previstas, logo, linhas orientadoras do plano de ação e orçamento para 2018, são as que abaixo resumidamente elencamos:

- Cumprir com as obrigações assumidas no plano de recuperação perante os credores;
- Permitir que a instituição sobreviva e ultrapasse a difícil conjuntura económica atual;
- Ajustar a estrutura de custos à nova realidade do sector;
- Criar uma estrutura de recursos humanos de acordo com as exigências e necessidades, tendo em consideração o mercado concorrencial, não perdendo de vista a excelência;

Na persecução destes objetivos, o Conselho de Administração pretende implementar as seguintes medidas:

- Reestruturação da UMNSC (condicionada pela aprovação da Assembleia Geral);

- Elaboração de um plano estratégico de médio prazo que garanta a execução do plano de recuperação;
- Gestão profissional (em fase de implementação);
- Estrutura de recursos humanos, alinhados e motivados para a nova estratégia da Instituição e com competências e responsabilidades adequadas a cada função;
- Intensificação das parcerias com agentes que possam trazer mais valias para a atividade da UMNSC e dinamização de receitas;
- Alienação do estabelecimento “clínica” a uma entidade privada da área da saúde (condicionada pela aprovação da Assembleia Geral);
- Implementação de rigoroso controlo de custos;
- Potenciar o estudo e eventual implementação de áreas integradas no seu objeto social de mutualidade;
- Corrigir todos os erros estratégicos, nomeadamente as práticas de gestão do passado que conduziram a UMNSC à sua atual situação de debilidade financeira e económica.

1.4. CONDICIONANTES

O plano de ação e orçamento para 2018, foi elaborado sem refletir um conjunto de medidas que, só serão realizadas no decurso de 2018, nomeadamente as medidas condicionadas à aprovação da Assembleia Geral e acima referidas. É de realçar que essas medidas, colocadas à consideração dos associados em Assembleia Geral e no caso de serem aprovadas só terão execução no decorrer de 2018, logo, consequências no plano de ação e orçamento agora presente, o que implicará uma alteração ao mesmo, estimando-se que venha acontecer no final do 1º trimestre de 2018.



1.5. PRESSUPOSTOS TÉCNICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E ORÇAMENTO

GASTOS

Genericamente, os valores projetados resultam da análise da conta de exploração até novembro do corrente ano.

Contudo, foram feitos os ajustamentos abaixo descritos:

Custos com Pessoal

Contempla o atual quadro de pessoal;

Ordenado mínimo de € 580,00;

Custos Financeiros

Tomado por referência a atualização da taxa de juro negociada no âmbito do PER, spread 1,25% s/a Euribor.

Estes custos resultam de uma dívida consolidada, pelo que, não sendo possível desagregá-la por valência, é levada a custo dos Serviços Centrais e alocada a cada valência na mesma proporção dos outros custos partilhados.

Custos Centrais e Partilhados

Alteração da filosofia de imputação no que se refere ao conceito da amplitude de “Serviços a Partilhar”. Para um maior rigor e identificação do resultado de exploração por valência/equipamento, os Recursos Humanos afetos às áreas de Cozinha, Limpeza, Lavandaria, Transportes (motoristas), até à data incluídos nos Partilhados, foram afetos, às respetivas áreas de “negócio”.

Lavandaria, Transportes (motoristas), até à data incluídos nos Partilhados, foram afetos, às respetivas áreas de “negócio”.

De referir ainda que o total de valor a partilhar está espelhado nas contas 68 e 69 por valência.

Por fim de referir que este Orçamento não contempla ainda qualquer Reestruturação e/ou Reorganização de Serviços

RENDIMENTOS

Valores definidos pelos Responsáveis de cada área, em função dos valores protocolados e ou estabelecidos em vigor por utente, a que acresce, em particular na área social da infância o valor das atividades extras e imputados;

Não está previsto o incremento de rendimentos por via de Subsídio Extraordinário.

VALÊNCIAS

Lar Jardim

Como é do conhecimento dos Associados, em dezembro de 2016, procedeu-se à reativação do Lar Jardim tendo como finalidade a libertação de quartos no 3º Piso do Lar Montepio de forma a serem utilizados no alargamento do número de camas em Cuidados Continuados. Proposta feita pela ARSLVT e ECRLVT que previa o aumento de mais 12 camas na Tipologia de Longa Duração e Manutenção com efeitos a partir de 28/12/2016, passando a integrar um total de 40 utentes em Cuidados Continuados. No entanto, e infelizmente, à semelhança de outras instituições em Portugal Continental, apesar dos investimentos feitos a nível material e de recursos humanos, o Acordo proposto

nunca chegou a ser assinado e nem os utentes foram referenciados para as instituições contatadas para o efeito.

Até final de Setembro de 2017 o Conselho de Administração procurou incessantemente obter respostas dos vários organismos públicos com poder de decisão nesta matéria, nomeadamente ao nível da Coordenação da ECRLVT, da Coordenação Nacional para a Reforma do SNS na Área dos Cuidados Continuados Integrados, da Direção do Centro Distrital da Segurança Social e, por último, junto da Presidência da ARSLVT sem respostas conclusivas, pelo que em Outubro de 2017 o Conselho de Administração tomou a decisão de desativar a valência LAR JARDIA e os utentes foram transferidos para o Lar Montepio.



2. PLANO DE AÇÃO ÁREA DA SAÚDE

2.1. CLINICA UMNSC

Introdução:

Relativamente às propostas que integravam o plano de atividades do ano anterior podemos constatar que algumas foram iniciadas e concluídas, outras iniciadas e em processo de conclusão e, outras ainda, que não foram iniciadas, devido a constrangimentos económicos e logísticos, que não dependem da nossa atuação.

Achamos importante realçar que o aumento de utentes tem sido difícil, face à concorrência e ao fraco poder económico da população, assim como todas as restrições do Ministério da Saúde no que respeita a novos acordos e convenções.

Necessidades para 2018:

É prioritário, a par da credibilidade, rentabilizar o Centro Clínico, para isso são necessárias alterações estruturais, com a aposta nas novas tecnologias e da prestação de serviços de qualidade, de forma a dotarmos o Centro Clínico, de níveis de prestação em todas as suas vertentes, adequados aos novos tempos e, correspondendo às necessidades da população.

- Dar continuidade ao processo de implementação das medidas contidas, no **D.L. nº 127/2014, de 22 de agosto de 2014**, que estabelece o regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, e mais legislação complementar, nomeadamente:
 - **Clínicas e Consultórios Médicos – Portaria n.º 287/2012, de 20 de setembro**, alterada pela **Portaria nº 136 – B/2014, de 3 de julho**, para o exercício da atividade das clínicas e dos consultórios médicos, que entrou em vigor no dia seguinte.



- **Radiologia – Portaria n.º 35/2014, de 12 de fevereiro**, para o exercício da atividade das unidades privadas de saúde de Radiologia.
 - **Clínicas e Consultórios dentários – Portaria n.º 268/2010, de 12 de maio**, alterada pela **Portaria n.º 167 – A/2014, de 21 de agosto**, para o exercício da atividade das clínicas e consultórios dentários.
 - **Centros de Enfermagem – Portaria n.º 801/2010, de 23 de agosto**, alterada pela **Portaria n.º 1056-A/2010, de 14 de outubro**, para as unidades privadas de serviços de saúde onde se exerça a prática de enfermagem.
- Alterar e atualizar o regulamento interno do Centro Clínico, que abrangerá todas as tipologias em funcionamento na clínica e previstas na legislação descrita no ponto anterior;
 - Concluir o desenvolvimento do projeto de qualidade e segurança, com o grupo já criado no que respeita à clínica, de forma a cumprir as normas de qualidade e segurança previstas na legislação de acordo com as regras, os códigos científicos e técnicos internacionalmente reconhecidos nas áreas abrangidas;
 - Criar condições para que seja possível a marcação dos nossos serviços (consultas e exames) por internet;
 - Realização de ações de formação, de forma a dotar os recursos humanos de mais conhecimentos e capacidades, para a realização das suas tarefas, com mais eficiência e eficácia;
 - Aquisição e substituição de diverso equipamento, necessário a diversas especialidades clínicas.

Constrangimentos

As necessidades atrás referidas e outras que possam ter carácter urgente, implicam investimento avultado, logo, como é referido no ponto 7, deste Plano

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

2.2. FARMÁCIA

Apesar de haver sinais de retoma da atividade económica, permanece alguma incerteza quanto à sustentabilidade da nossa economia.

Contudo o mercado farmacêutico continua a apresentar alguns sinais negativos, nomeadamente na área dos Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica (MNSRM), já que a área de genéricos apresenta um crescimento, contribuindo para o crescimento, em período homólogo, em 3%.



Análise de Mercado (resumo) Setembro 2017 e YTDSet17 vs período homólogo.



Sistema	Setembro de 2017			
Venda média por atendimento (€)	20,22 €			
Crescimento vs período homólogo (%):	3,0%			

Pharmacy Watch (CEFAR)	Setembro de 2017		YTDSet17	
	Unidades (Embalagens)	Valor (€)	Unidades (Embalagens)	Valor (€)
Segimentos - Crescimento vs período homólogo (%):				
Mercado Total	1,7%	3,7%	-0,5%	2,3%
MSRM+MNSRM	1,2%	2,8%	-1,4%	1,1%
MSRM	0,9%	2,5%	-1,0%	1,2%
Genéricos	2,4%	3,1%	0,1%	0,6%
MNSRM	2,5%	4,8%	-3,7%	0,1%
Produtos de Saúde	4,2%	7,6%	3,7%	7,5%

Genéricos - Quota no mercado de medicamentos (%):				
Pharmacy Watch (CEFAR)	Setembro de 2017		YTDSet17	
	Unidades (Embalagens)	Valor (€)	Unidades (Embalagens)	Valor (€)
Genéricos	31,4%	20,8%	31,1%	20,7%

Genéricos - Quota no mercado GH (%):				
Pharmacy Watch (CEFAR)	Setembro de 2017		YTDSet17	
	Unidades (Embalagens)	Valor (€)	Unidades (Embalagens)	Valor (€)
Genéricos	62,3%	59,0%	61,9%	58,5%



Fonte: Sistema de Informação hmR / Análise CEFAR

O objetivo da farmácia para 2018 é:

- Continuar a estabelecer as melhores condições de aquisição e medicamentos e outros produtos, conseguindo o melhor preço e assim aumentar a margem de lucro da atividade;
- Diversificar a oferta de produtos de acordo com a faixa etária dos nossos utentes, como por exemplo, artigos de geriatria, fazendo

esforços para que tenhamos uma maior gama de produtos à consignação de maneira a reduzir o esforço financeiro da farmácia;

- Estabelecer acordos com empresas na perspetiva de angariação e fidelização de novos clientes como por exemplo a Câmara Municipal do Montijo, Tribunal, entre outros;
- No âmbito da angariação e fidelização de novos clientes, garantir aos pais dos utentes dos infantários da instituição, descontos diretos no ato da venda e fazer a divulgação dos mesmos em todas as reuniões de pais;
- Implementação do cartão fidelidade para os utentes da Farmácia;
- Permitir aos funcionários da instituição, adquirirem medicamentos e produtos, sendo o valor da fatura diretamente debitado do vencimento.





2.3. UNIDADE CUIDADOS CONTINUADOS

A Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção, adiante designada por Unidade, funciona nos termos do Acordo de Cooperação celebrado a 03/07/2008, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e o Instituto de Segurança Social, com capacidade para 28 utentes.

Nos cuidados continuados integrados a pessoa em situação de dependência, independentemente da sua idade, recebe cuidados de saúde e de apoio social. O objetivo é ajudar a pessoa a recuperar ou manter a sua autonomia e maximizar a sua qualidade de vida.

Têm direito aos cuidados continuados integrados as pessoas com dependência funcional temporária (por estar a recuperar de uma doença, cirurgia, etc.); dependência funcional prolongada; idosos com critério de fragilidade (dependência e doença); incapacidade grave com forte impacto psicológico e social ou doença severa, em fase avançada ou terminal.

As Unidades de Internamento que compõem a Rede Nacional Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) procuram, deste modo, melhorar, de forma contínua, a qualidade na prestação de cuidados continuados de saúde e de apoio social correspondendo de forma exemplar a diversas necessidades a nível nacional, regional e local:

- Necessidade de diminuir internamentos desnecessários e o recurso às urgências por falta de acompanhamento continuado;
- Redução do reinternamento hospitalar ou internamento de convalescença dos idosos;
- Redução do nº de altas hospitalares tardias (i.e. acima da média de internamento definida);
- Aumento da capacidade de intervenção dos serviços de saúde e apoio social ao nível da reabilitação integral e promoção da autonomia;



- Disponibilização de melhores serviços para o apoio continuado às pessoas em situação de fragilidade ou com doença crónica;
- Disponibilização de melhores serviços de apoio à recuperação da funcionalidade e continuidade de cuidados pós internamento hospitalar;
- Flexibilização da organização e do planeamento dos recursos numa base de sistema local de saúde, através da identificação pormenorizada das necessidades de cuidados da população, a nível regional;
- Maior eficiência das respostas de cuidados agudos hospitalares.

A Unidade proporciona e garante, mediante avaliação das necessidades detetadas na população utente, os seguintes serviços:

- Alimentação, higiene e conforto;
- Atividades de manutenção e estimulação;
- Cuidados de enfermagem diários e permanentes;
- Cuidados médicos;
- Prescrição e administração de fármacos;
- Apoio psicossocial;
- Fisioterapia de manutenção e de reabilitação;
- Controlo fisiátrico periódico;
- Animação e terapia ocupacional;
- Terapia da fala;
- Apoio no desempenho das atividades de vida diária;
- Apoio nas atividades instrumentais de vida diária.

Tendo em conta a monitorização e acompanhamento da atividade e funcionamento da Unidade, através de avaliações trimestrais pela Equipa Coordenadora Local do Arco Ribeirinho, propõe-se a realização das seguintes atividades para o ano de 2018:

- Implementação de um Plano de Formação;
- Desenvolver e incentivar um clima de trabalho participado e em equipa dando particular atenção a reuniões periódicas de avaliação dos cuidados prestados, da produtividade e dos custos;
- No plano das melhorias, salienta-se a substituição e/ou renovação de alguns equipamentos, nomeadamente os já gastos pelo tempo, que comprometem seriamente a execução bem-sucedida das tarefas por parte dos colaboradores ou que coloquem em risco a segurança ou conforto dos nossos utentes;
- Manter os protocolos existentes e estabelecer novos protocolos com instituições de ensino, de forma a proporcionarmos campos de estágio para alunos na área da psicologia, fisioterapia, enfermagem e técnicos auxiliares de saúde.

A viabilização do Plano de Ação proposto visa, sobretudo, promover a concretização de um Plano de Cuidados de excelência adaptado a cada utente e, conseqüentemente, à melhoria das condições de trabalho dos colaboradores.



3. PLANO DA ÁREA SOCIAL

3.1. INFÂNCIA

Casa da Criança, CIAM e CATL.

A Área da Infância da U.M.N.S.C. pretende para o ano de 2018 continuar a dar seguimento às atividades pedagógicas previstas na Política Educativa da Associação devidamente ajustadas às Orientações curriculares para a Educação Pré-escolar (Ministério da Educação) e o Manual da Qualidade (Ministério da Segurança Social).

Iremos dar resposta a 145 crianças em creche (dos 4 meses aos 3 anos), 172 crianças em pré-escolar (dos 3 aos 6 anos) e 73 crianças em A.T.L. (dos 6 aos 12 anos), num total de 390 crianças.

Em termos de Recursos Humanos dispomos de uma equipa de 52 trabalhadores do quadro, dos quais 18 técnicos e 29 não técnicos. Contamos ainda com a colaboração de técnicos em regime de prestação de serviços que asseguram as atividades Curriculares (Inglês) e Extracurriculares (Natação, Babyoga, Ciências, Música e Judo).

O enquadramento do plano de atividades para a Área da Infância terá como referência a Missão, a Visão e os Valores da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição.

Continuaremos a ser uma Instituição de referência na Cidade do Montijo, promovendo a Confiança, a Transparência, a Colaboração, a Competência e a Comunicação.

Como objetivos estratégicos definimos:

- Dar continuidade ao Projeto Educativo “Brincar Ontem, Hoje e Sempre”;
- Continuar a partilha e a cooperação entre as três instituições da infância;
- Melhorar o desempenho de cada um e de todos com vista a maximizar a concretização das medidas traçadas nos diferentes domínios de atuação;
- Melhorar e uniformizar a qualidade dos nossos serviços, promovendo a confiança neles;

- Qualificar os recursos para aumentar a eficiência e eficácia da prática profissional.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Atividades/ Projetos	Calendarização			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	Anual
Projeto Educativo	Definição das atividades e sua calendarização	Execução das atividades	Execução das atividades e avaliação	Avaliação contínua
Projeto Pedagógico	Definição das atividades e sua calendarização	Execução das atividades	Execução das atividades e avaliação	Avaliação contínua
Reuniões de Pais	Reunião Geral de Pais por valência; Reuniões por sala: Apresentação do Projeto Educativo e Pedagógico Validação dos Planos Individuais e dos Planos de Acolhimento Inicial das crianças	Reuniões de Pais por sala sobre o trabalho pedagógico desenvolvido Avaliação e Validação dos Planos Individuais das crianças	Reunião de Pais por sala de avaliação do trabalho pedagógico Avaliações Individuais das Crianças	
Festas	Dia das Bruxas; S. Martinho; Aniversário da U.M.N.S.C.; Dia Nacional do Pijama; Natal	Dia de Reis; Carnaval; Dia do Pai; Páscoa	Dia da Mãe; Dia Mundial da Criança; Dia Mundial do Sono; Dia Mundial do Brincar; Final de Ano Letivo; Passeio Convívio Finalistas do pré-escolar	
Saídas ao exterior	Visitas de estudo a diferentes espaços e agendadas de acordo com os assuntos dos projetos de sala. Idas ao Teatro e Musicais			
Do exterior e a desenvolver nas Instituições	Deslocação às Instituições de grupos de Teatro e Musicais., Escritores, Ilustradores, Pintores e Músicos			

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
PLANO DE AÇÃO E ORÇAMENTO- 2018

Atividades/ Projetos	Calendarização			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	Anual
Transição para o 1º ciclo			Visitas às escolas do 1º ciclo e A.T.L.	
Feiras	Outono	Reis Inverno		
Comunicação / Informação	Boletim trimestral com informações sobre o trabalho de cada sala e de cada instituição de infância.			
	Registo semanal e/ou quinzenal do trabalho pedagógico desenvolvido e enviado por email aos encarregados de educação e instituições da comunidade.			
Atividades Curriculares	Expressão Motora Inglês			
Atividades Extra - curriculares	Baby Yoga (creche e pré-escolar) Expressão Musical (creche e pré-escolar) Judo (pré-escolar) Mad Science (pré-escolar) Natação (pré-escolar e A.T.L.)			
Formação Profissional	Formações sobre: Higiene e Segurança no Trabalho (Interna) Comunicação Inter Pessoa e Assertividade (Fundação Alcochete)			

Conscientes das dificuldades financeiras da Instituição, que visam a impossibilidade de investimento, temos que centrar o nosso trabalho naquilo que temos de melhor - a nossa prática lúdica e pedagógica.

Assim, temos como objetivo continuar a oferecer um serviço de qualidade e eficiência aos nossos utentes.



3.2. ACÇÃO SOCIAL

Lar UMNSC, Centro de Dia, SAD, Centro Comunitário e Casa Abrigo

A União Mutualista Nossa Senhora da Conceição dá resposta a **150** idosos nas respostas sociais de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e tem como objetivo geral o respeito e a promoção da dignidade da pessoa idosa.

A pessoa idosa porque desinserida do seu meio familiar necessita de um especial empenho e competência de todos os colaboradores que prestam serviço nas diferentes respostas sociais da área do idoso.

Para desenvolver as atividades que a seguir apresentamos resumidamente contamos com a colaboração de **48** trabalhadores, dos quais **4 técnicos** (1-3h/dia) e **44 não técnicos** (ERPI – 22 Ajudantes de Ação Direta; SAD – 19 Ajudantes de Ação Direta; 2 rececionistas e 1 administrativa).

O enquadramento deste plano de atividades terá como referência o exercício de Boas Práticas, continuamente assumidas, refletidas e avaliadas, num ambiente de verdade, transparência e confiança.

Será sempre uma atuação humanizada, personalizada e que terá em conta as necessidades reais e específicas de cada idoso.

A nossa intervenção será com os idosos, os familiares e com os trabalhadores e terá como objetivo geral o bem-estar e a qualidade de vida dos utentes.

Assim com os:

Idosos:

- Auscultar os idosos relativamente ao seu grau de satisfação, expectativas e propostas;
- Promover a satisfação dos idosos com um tratamento físico e emocional por forma a receberem atenção e carinho.



Familiares / Responsáveis

- Uma comunicação constante que permita uma relação de confiança com a instituição e de tranquilidade relativamente ao seu familiar / responsável;
- Promover a participação no funcionamento das respostas sociais com a criação de uma comissão de familiares (ERPI).

Trabalhadores

- Envolvimento e responsabilização no funcionamento das respostas sociais;
- Desenvolvimento de competências e comportamentos que conduzam a **Boas Práticas**;
- Desenvolvimento de uma comunicação clara, objetiva e positiva;
- Promoção de formação contínua com vista a uma prática qualificada.

A estratégia de intervenção passará pela implementação dos seguintes princípios:

- **Confiança** - de todos os intervenientes (idoso, trabalhador e famílias) nos serviços que prestamos;
- **Transparência** – no funcionamento e no relacionamento entre os diferentes serviços, visando uma imagem de verdade e confiança interna e externa;
- **Colaboração** – na partilha de experiências e recursos entre todos os intervenientes;
- **Competência** – no exercício das funções com responsabilidade e objetivos claramente definidos que visem a apresentação de bons resultados;
- **Comunicação** – na existência de um circuito de comunicação claramente definido, a fim de evitar desvios na prática profissional que impossibilitem a exigência de responsabilidade.

A definição das seguintes atividades e a sua calendarização foi feita tendo em conta os interesses e as necessidades dos idosos e realizam-se com periodicidade semanal, quinzenal, mensal e/ou trimestral:

- 1) Comemoração de festividades: Dia de Reis; Carnaval; Dia de São Valentim; Dia da Mulher; Dia de S. José (Pai); Primavera; Páscoa; 25 de Abril; Dia da Mãe; Dia da Amizade; Dia do Coração; Santos Populares; Dia de Portugal; Dia dos Avós; Outono / Vindimas; Dia do Idoso; São Martinho; Aniversário da Associação e Natal;
- 2) Atividades Inter-Generacionais: Escola D. Pedro Varela - Montijo; Escola Secundária Jorge Peixinho - Montijo; Centro Social de São Pedro do Afonsoeiro e Instituições da Infância da UMNSC;
- 3) Jornal do Idoso com informações sobre o funcionamento e atividades de periodicidade trimestral;
- 4) Desenvolvimento de projetos de responsabilidade social de empresas;
- 5) Redecoração dos espaços comuns interiores e exteriores;
- 6) Saídas ao exterior com os idosos: espaços culturais, jardins e regiões gastronómicas/ religiosas;
- 7) Intercâmbio de Instituições de Idosos: Lar de São José de Arruda dos Vinhos e outras Instituições;
- 8) Torneios: boccia; dominó e lotto;
- 9) Atividades desportivas: boccia e aulas de movimento;
- 10) Estimulação cognitiva: leitura; visualização de imagens, musicoterapia; mímica; aromaterapia e visionamento de filmes e fotografia;
- 11) Atividades religiosas: Oração, Bênção do doente; Missa e Terço a Maria – maio;
- 12) Atelier de Música / Grupo Coral;
- 13) Atelier de Culinária/ Doçaria;
- 14) Atelier de Artes Plásticas;



- 15) Jogos de mesa: bingo; dominó; cartas e galo;
- 16) Atividades de verão: jogos ao ar livre; passeios matinais; colónia balnear (Manhãs de Sol "Praia do Concelho – Pikolé e Samouco); sardinhas; piqueniques; montra Gastronómica (degustação de alguns salgados e doçaria).
- 17) Valorização da imagem pessoal: limpeza e massagem facial; manicura e cabeleireira.

A concretização destas atividades bem como o funcionamento das respostas sociais assentará na seguinte metodologia de trabalho que será assegurada numa articulação interdisciplinar:

- Acompanhamento diário e permanente do funcionamento;
- Atendimentos diários;
- Reuniões mensais com os idosos de Centro de Dia e da Estrutura Residencial para Idosos;
- Acompanhamento das equipas de Serviço de Apoio Domiciliário;
- Reuniões semanais com a equipa de Serviço de Apoio Domiciliário e mensais com as outras respostas sociais para reflexão e avaliação do funcionamento;
- Reuniões semestrais com os familiares da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Acreditamos que com a disponibilidade de cada um e de todos através da sua valorização e envolvimento no funcionamento das respostas sociais, os nossos idosos não se sentirão velhos, mas pessoas com vidas longas.



Centro Comunitário “Mais Cidadão”

Principais Objetivos

O Centro Comunitário “Mais Cidadão” pretende continuar a:

- Dar resposta a, pelo menos, **240 famílias** provenientes da freguesia de Montijo de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias/indivíduos, criando condições para um desenvolvimento pessoal/familiar equilibrado, garantindo o acesso, enquanto cidadãos, aos direitos e deveres sociais;
- Desenvolver, através de diferentes ações, **competências pessoais, parentais, sociais e culturais, nas populações alvo – Crianças (6 – 10 anos), Jovens (10 – 18 anos) e Famílias.**

Principais Atividades a Desenvolver

CRIANÇAS E JOVENS

Períodos Letivos: Natação, Adaptação ao Meio Aquático (promover a prática desportiva semanal de forma a criar hábitos de vida saudáveis e combater o sedentarismo);

Períodos de Pausa Letiva: Programas de Ocupação de Tempos Livres (promover a aquisição de competências sociais e enriquecimento cultural) que incluem visitas culturais, atividades promovidas pelos diferentes serviços da comunidade, intercâmbios, ateliês de Expressão Plástica, desportos radicais e colónias balnear.



FAMÍLIAS

Pretendemos continuar a desenvolver as seguintes ações:

- **Atendimentos/acompanhamentos e encaminhamentos no âmbito da Ação Social - AS** (promover a melhoria das condições de vida das famílias);
- **Projeto “Saber Fazer”** (artes decorativas e tapeçaria de arraiolos) que pretende valorizar o saber fazer de cada um);
- **Projeto “Viver Saudável”** (pretende promover o bem-estar físico e psicológico dos clientes que frequentam o CCMC, assim como, minimizar as situações de isolamento social);
- **Hidroginástica e passeios pedestres** (combate ao sedentarismo);
- **Aulas semanais de atividade física para os utentes de Centro Dia, Lar e Cuidados Continuados** (promover a qualidade de vida dos clientes que frequentam as valências acima mencionadas).
- **Atividades de Artes decorativas e de carácter lúdico com os utentes da UCCI Acreditar**

AÇÕES PARA 2018

- Candidaturas a fundos comunitários através do Portugal 2020;
- Alargamento do número de famílias e abrangência geográfica do Acordo de Cooperação do Centro Comunitário.

Pretendemos dar continuidade às seguintes Atividades e proceder aos seguintes investimentos por forma a garantir a qualidade dos serviços prestados:

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
PLANO DE AÇÃO E ORÇAMENTO- 2018



FAMÍLIAS			
Ações/Projetos	Atividades	Nº de Famílias /Clientes a abranger	Previsão Orçamental
Ação Social	60 Atendimentos/Acompanhamentos Mensais	300 famílias (Por referência ao número apoiado em 2017)	Verba disponibilizada pela Segurança Social
"Saber Fazer" Valorização do Saber Fazer Individual	Artes Decorativas Arraiolos	35	8 600€ Mensais
"Viver Saudável" Prevenir situações de isolamento	2 Sessões temáticas de Educação para a Saúde Comemoração de datas significativas através da realização de convívios Aulas de Zumba	15 50 12	250€ anuais
Atividades Desportivas Semanais	Hidroginástica Atividade Física	40	50

CRIANÇAS/JOVENS			
Programa de Férias nos períodos de Pausas letivas	Atividades Lúdico, Culturais e desportivas Colónia Balnear	60 20	1050€ (350€X3 (pausas lectivas Páscoa, Verão e Natal)
Atividades Desportivas Semanais	Natação AMA (adaptação ao meio aquático)	60 20	

INVESTIMENTOS 2018			
Artigo	Quantidade	Valor Unitário	Justificação
Climatizador de Parede de Ar Quente e Frio	3	150 €	As instalações não apresentam uma climatizam adequada às atividades aí desenvolvidas, nomeadamente na Sala destinada ao jovens e Corredor de espera dos utentes da Ação Social pelo que se trata de um investimento necessário ao bom funcionamento e à oferta
Aparelhagem de Som	1	200 €	Equipamento necessário à concretização de Atividades Lúdicas com as Crianças e Jovens



Casa Abrigo

A Casa Abrigo é uma unidade residencial destinada a acolher temporariamente mulheres vítimas de violência acompanhadas ou não de filhos menores. Este equipamento é o resultado de uma parceria entre a União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, a Segurança Social e a Autarquia que cedeu as instalações. O Acordo de Cooperação Atípico celebrado em 2004, com a Segurança Social, abrange 25 utentes – 10 mulheres e 15 crianças.

Objetivos gerais

Para além de acolher temporariamente mulheres vítimas de violência acompanhadas ou não de filhos menores, o acolhimento procura igualmente:

- Proporcionar um ambiente acolhedor, securizante e reparador com vista à satisfação das necessidades físicas e emocionais das mulheres e suas crianças;
- Colaborar, numa perspetiva de empowerment, na definição do seu projeto vida com vista à autonomização e ao controlo da vida diária;
- Colaborar com as entidades envolvidas e explorar de forma articulada todos os recursos existentes de forma a garantir a recuperação física e psicológica causados pelos abusos e/ou formas de exploração que foram alvo.

Principais atividades a desenvolver

Com as residentes e seus filhos

Para a prossecução destes objetivos pretende-se continuar a:

- Atendimento social semanal às residentes;
- Elaboração de relatórios;

- Reuniões, no âmbito das medidas de apoio ao emprego, com as entidades competentes para a integração profissional das utentes acolhidas na Casa Abrigo;
- Elaboração de informações sociais para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e Autarquias de forma a conseguir uma alternativa habitacional;
- Elaboração de informações sociais para os equipamentos de infância de forma a integrar todas as crianças até aos 3 anos em equipamentos de infância;
- Apoio/Aconselhamento Jurídico, Psicológico, Médico e de Enfermagem (disponibilizado pela UMNSC) sempre que seja necessário;
- Continuação do projeto “A Escola vai à Casa”, parceria entre a Secretaria de Estado para a Igualdade e Cidadania e o Ministério da Educação que visa promover competências no âmbito da Língua Portuguesa, Matemática para a Vida, Introdução às Novas Tecnologias;
- Desenvolvimento de 8/12 sessões de grupo (residentes) cujos conteúdos incidirão na temática da violência doméstica, gestão e resolução de conflitos e práticas parentais.

No que diz respeito à organização e funcionamento da Casa:


- Reorganização dos processos das residentes;
- Atualização da base de dados;
- Reuniões semanais com residentes;
- Reuniões semanais com funcionárias;
- Reuniões quinzenais da equipa técnica;
- Contactos/reuniões com estruturas comerciais locais e comunidade com o objetivo de conseguir, ao abrigo da Lei do Mecenato, móveis e objetos

decorativos para a remodelação dos espaços comuns de forma a torná-los mais atrativos;

- Reuniões com Autarquia para reabilitação do espaço exterior da Casa;
- Participação em Ações de Formação, da equipa técnica e da equipa de ajudantes de ação direta,

Para o próximo ano o maior investimento ao nível deste equipamento, irá incidir na área da formação uma vez que a lei assim o exige e, neste sentido, prevê-se um gasto na ordem dos 800 euros - 2 técnicos com a formação TAV - Técnico de Apoio à Vítima (Despacho 6810-A/2010).

As restantes despesas decorrem do normal funcionamento do equipamento, não se prevendo nem uma diminuição nem um aumento significativo das mesmas.



4. SAÚDE OCUPACIONAL

As principais atividades previstas para o Ano de 2018 no Sector de Saúde Ocupacional, são as seguintes:

Serviços Internos

- Desenvolvimento e implementação das Medidas de Autoproteção para o CIAM;
- Continuação da formação de Combate a Incêndio, Emergência e Primeiros Socorros a todos os colaboradores da UMNSC;
- Desenvolvimento e implementação do plano de controlo de Legionella no Edifício do Lar.

Serviços Externos

- Rever os atuais contratos de segurança com as cerca de 50 empresas;
- Pedir a alteração da nossa autorização de serviços externos de Medicina no trabalho, para incluir mais trabalhadores;

Não existe previsão de qualquer necessidade de investimento nesta área para o ano de 2018.

Handwritten signatures and initials:
AA
B
P
S

5. RECURSOS HUMANOS

Mapa Pessoal 2014-2017

Setores	Total 2014	Ao Serviço 2014	Total 2015	Ao Serviço 2015	Total 2016	Ao Serviço 2016	Total 2017 (30-11-2017)	Ao Serviço (30-11-2017)
Administrativo	22	21	21	22	19	18	19	18
Farmácia	6	6	5	5	5	5	6	5
Área Comercial	0	0	0	0	2	2	1	1
Manutenção	0	0	1	0	2	2	1	1
Informática	0	0	0	0	1	1	1	1
Higiene e Segurança	0	0	0	0	2	2	2	2
Centro Clínico	34	32	29	27	33	31	30	26
Casa da Criança	24	22	23	22	24	22	23	22
CIAM	26	24	24	22	25	22	24	24
ATL	7	5	7	6	7	5	5	5
Casa Abrigo	8	7	7	6	6	6	7	7
Centro Comunitário	5	5	4	4	5	4	4	4
Lar Montepio	23	19	23	21	24	19	34	26
CATEI Jardim	8	7	0	0	9	9	0	0
Animação	2	2	2	2	2	2	1	1
UCCI	14	12	15	12	25	23	19	15
SAD	33	21	33	20	24	19	27	19
Centro Dia	2	1	2	1	3	1	3	1
Transportes	3	3	3	3	3	3	3	3
Limpeza	23	18	19	17	23	19	24	19
Lavandaria	7	5	7	6	8	4	7	4
Cozinha	24	12	22	11	23	13	20	14
Total	271	222	247	207	275	232	261	218

Como pode ser visualizado pelo mapa apresentado, o ano 2017, em termos de recursos humanos, seguiu uma linha estratégica que vinha a ser adotada há alguns anos e que se prende com a racionalização e aproveitamento eficaz dos recursos, adequando o seu número, mas sem nunca perder de vista a qualidade e eficiência dos serviços prestados.

É de salientar que no final de 2017, encontravam-se ausentes ao serviço quarenta e três funcionários, a grande maioria por motivos de baixa por doença, seguidas de baixa de seguro e por fim as licenças por maternidade, podendo estas situações romper com os objetivos de se atingir um quadro de pessoal estável, dada a constante necessidade de termos de recorrer a substituições de pessoal, que a qualquer momento podem regressar ao serviço.

É imperativo exercer cada vez mais um controlo eficaz dos movimentos de pessoal para progressivamente atingirmos um equilíbrio global.



6. SERVIÇOS PARTILHADOS

Serviços Partilhados

Esta rubrica, tal como em exercícios anteriores, inclui os custos inerentes e transversais a todas as valências e/ou equipamentos, não possíveis de alocar inicialmente a cada uma de per si.

Assim, constituem os mesmos, os inerentes às áreas, Administração, Direção Executiva, Administrativa e Financeira, particularizados e simultaneamente consolidados nos chamados “Serviços Centrais”, os quais ainda consolidam a área Comercial e Informática, por fim a Manutenção.

Relativamente às áreas, Cozinha, Lavanda e Limpeza, todos os recursos inerentes a estas, foram alocados por valências e/ou equipamentos.

Esta redistribuição tem por objeto espelhar de forma mais realista os custos de exploração, nomeadamente os diretos, e tornar mais lúcido o verdadeiro resultado por valência/equipamento.



7. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTO

Da realidade atual à projetada, como verificarão no ponto seguinte, não se afigura possível à Instituição proceder a investimento necessários e alguns deles urgentes, podendo vir a pôr em causa algum funcionamento de determinados setores e ou áreas.

Neste contexto e até à tomada de medidas que conduzam a uma maior estabilização económico financeira da Instituição, os investimentos a equacionar serão os de menor impacto e não os devidamente necessários, sendo salvaguardado os de prossecução da atividade.



8. CONTAS PREVISIONAIS PARA 2018

Contrariamente ao previsto, 2017 bem como a previsão para 2018, ora em análise demonstram a inadequação da estrutura de custos face aos rendimentos obtidos no decurso do corrente ano, bem como nas contas previsionais para 2018.

Particularizando, e tomando por base apenas a exploração, o resultado esperado para 2017 aponta para um valor negativo na ordem dos 365.000 euros, o qual foi colmatado com um subsídio extraordinário de 200.00 €, pelo quem o resultado final deverá situar-se nos 160.000 € negativos.

Não tendo ocorrido até à data qualquer processo de reestruturação, de reorganização de serviços com o benefício de sinergias e redução de custos que daí resulte, o orçamento para 2018, vem pôr de forma mais cruel a evidência e frieza dos números.

Por outro lado e em complemento, ao atrás exposto e tendo ainda em atenção o referido no ponto “Serviços Partilhados”, i.e., relembre-se a afetação mais rigorosa dos recursos humanos às valências/equipamentos, conduz inevitavelmente a contas previsionais para 2018 apontam para um resultado negativo na ordem dos € 188.000, em que a exploração de parte significativa das valências deverão obter resultados negativos.

A situação atrás descrita, é ainda mais penosa quando estamos a falar das áreas, social idoso e centro clínico, onde os valores projetados para 2018 são respetivamente negativos de € 90.000 e 190.000.

A projeção para 2018 não é mais penosa e nos valores redundantes de 2017, porque é esperado, por via da negociação do PER uma redução dos custos financeiros em cerca de 100.000 €.

Em anexo:

- Ponto 8.1. - Detalhe dos Gastos e Rendimentos por valência / equipamento e consolidado;
- Ponto 8.2. - Demonstração de Resultados por valência / equipamento e consolidado.

O Conselho de Administração

Jaime Manuel Pinho Costa



Patricia Soares da Silva

Maurício Costa

J. Luís Gonçalves

10. PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E
ORÇAMENTO PARA 2018

1. No cumprimento do artigo 38.º, número um, alínea c) dos ESTATUTOS DA UNIÃO MUTUALISTA N.ª S.ª DA CONCEIÇÃO-ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (adiante designada por Associação), vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre o PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2018.
2. O Conselho Fiscal recebeu do Conselho de Administração o PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2018 (adiante designado por P.A.O. 2018) que prevê um resultado líquido negativo de 188.988,69 euros.
3. Conforme mencionado no P.A.O 2018, este não considera as medidas previstas no seu ponto 1.3. (Plano Especial de Revitalização). Algumas das medidas dependem das deliberações da Assembleia Geral, pelo que, após a realização da mesma, terá de se elaborar novo P.A.O. 2018.
4. O Conselho Fiscal analisou as medidas referidas no ponto anterior e considera que as mesmas são de difícil implementação, exigindo de todos - administração, colaboradores e associados - um grande esforço de colaboração para que os objetivos do Plano Especial de Revitalização sejam atingidos, sem o que o futuro da UMNSC ficará comprometido.
5. O Conselho Fiscal irá acompanhar a implementação do Plano Especial de Revitalização.
6. No que concerne aos valores inscritos no ORÇAMENTO 2018, verificámos que os mesmos estão de acordo com o PLANO DE ATIVIDADES PARA 2018. Os principais valores previstos são:



Sede Social

União Mutualista Nossa Senhora da Conceição
Montijo

- a. Volume de negócios: € 6.800.181,32
- b. Resultado Líquido do exercício: € - 188.988,69
- c. Meios Libertos Líquidos: € 175.566,91

PARECER:

Face ao acima exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2018 da UNIÃO MUTUALISTA N^o S^a DA CONCEIÇÃO-ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA.

Montijo, 06 de dezembro de 2017

O Conselho Fiscal,

António Manuel C. Sousa Fortunato

João Maria Silva Costa

António Fernando Alves Marçal

